



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 307/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS, COM RECURSOS DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA/PR, E O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, OBJETIVANDO A LIBERDADE CIDADÃ **PROGRAMA** DO EXECUÇÃO SOCIOEDUCATIVAS MEIO EΜ (MEDIDAS APROVADO PELA DELIBERAÇÃO № 052/2011- CEDCA/PR.

PROCESSO nº 11.288.845-4

O Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.088.839/0001-06, com recursos do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência – FIA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.632.896/0001-85, com sede na Rua Jacy Loureiro Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pela Secretária de Estado, senhora Fernanda Bernardi Vieira Richa, portadora da Cl nº 954.242-6, inscrita no CPF/MF sob nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba/PR, doravante denominada CONCEDENTE, e o Município de Mandaguari, inscrito no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, doravante denominado CONVENENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Romualdo Batista, portador da Cl nº 3.489.662-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 652.718.409-30, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 307/2013, com fundamento na Lei 15.608/07, a ser regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO

O presente instrumento visa alterar a Denominação da Concedente e a Cláusula Terceira (Da Vigência) do Termo Originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DENOMINAÇÃO DA CONCEDENTE

Doravante, a Concedente passará a denominar-se Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, por força da Lei Estadual nº 18.374/14.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Por acordo entre as partes, o prazo de Vigência, estabelecido na Cláusula Terceira do Termo Originário, fica prorrogado pelo período de 06 (seis) meses, contado da data de 30/04/2015 tendo como término a data de **30/10/2015**.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do Termo Originário e do Primeiro Termo Aditivo não atingidas pelo presente instrumento, ficam ratificadas de comum acordo pelas partes pactuadas.

Assim, estando as partes de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 30 de Abril de 2015.

Fernanda Berhardi Vieira Richa Secretária de Estado do Trabalho e

Desenvolvimento Social

Romualdo Batista **Prefeito Municipal** de Mandaguari

TESTEMUNHAS:

RG: 13,568.734-10

6-223.288 9